



Cidades e Regiões Digitais: no limiar da maioridade

Artigo de opinião publicado na revista e-Ciência, nº 039 de 16 de Junho de 2005, pp 34-35

Luis Borges Gouveia

Professor Associado da FCT, Universidade Fernando Pessoa

<http://www.ufp.pt/~lmbg>

lmbg@ufp.pt

Os primeiros projectos claramente associados com as cidades digitais, apareceram no já longínquo início da década de 90. Na altura, a maior parte das preocupações estavam concentradas com infra-estruturas metropolitanas e com a reflexão de como aproveitar de um modo mais integrado e racional este tipo de infra-estruturas para partilha de informação, integração e oferta de serviços. Foi também por esta altura que se ganhou consciência do potencial dos computadores e das redes para dar resposta aos desafios colocados às grandes zonas urbanas no que toca à qualidade de vida dos seus habitantes e de como proporcionar a estes os serviços e suporte necessário, sem tal significar crescimentos exponenciais de orçamentos, sempre associados com o aumento de complexidade e escala que as zonas urbanas se encontram sujeitas.

De facto, nestas últimas quase duas décadas, este tipo de fenómeno intensificou-se e a pressão sobre a qualidade de vida nas grandes cidades é cada vez maior, mais variada e constitui um desafio de crescente importância. Na escala da realidade portuguesa o número de cidades ou zonas urbanas de maior dimensão que apresentam características semelhantes às descritas tem aumentado e por isso mesmo se justifica ainda uma perspectiva de cidade digital como a original. Não é por acaso que os exemplos numa área urbana de grande dimensão como a AMP (área metropolitana do Porto) agregam um conjunto de iniciativas de cidade digital com uma experiência muito positiva na oferta de serviços baseados na Internet, como é visível no estudo de avaliação dos locais de presença das Câmaras Portuguesas patrocinado pela UMIC (da responsabilidade do centro de estudos Gávea) que foi apresentado à poucas semanas. É possível adivinhar que a evolução dos resultados referentes a 2003, para um momento mais actual, mostrem um claro desenvolvimento da oferta e uma maior maturidade. Pela sua importância, esperemos que este tipo de estudos tenham realização regular. Acredito que o efeito das iniciativas de cidades digitais será então demonstrado pela presença destes projectos entre os municípios que revelarem maior evolução e se encontram com maior maturidade.

Voltando a uma breve resenha histórica, após um grande entusiasmo inicial, as iniciativas de cidades digitais foram diminuindo à escala global, culminando com um menor interesse a meio da década de 90, para serem novamente recuperadas no final da mesma década, mas agora com uma preocupação mais associada ao território e ao seu desenvolvimento. Assim, os projectos de cidades e regiões digitais, já não estão tão associados a infra-estruturas de comunicações mas com objectivos bem mais alargados, incluindo as preocupações com a organização administrativa do território, a sua cultura e conhecimento e a dotação de meios para a formação de uma cultura digital que envolva o maior número possível de actividades e serviços realizados nesse território. Em especial, as preocupações com o designado *local e-government* – o suporte electrónico à actividade

do poder local – (incluindo o poder político e a administração pública local) são um aspecto essencial dos programas aprovados de cidades e regiões digitais. Por outro lado, tendo por base as experiências de maior sucesso e a antiguidade de iniciativas deste género em Portugal (Aveiro e Trás-os-Montes) bem como a necessidade de alargar a todo o território nacional as preocupações com o digital, levaram ao desenvolvimento de um conjunto de projectos mais ou menos formatados de acordo com um conjunto de iniciativas e preocupações que permitam a sua posterior interoperabilidade e facilidade de avaliação. Esta abordagem é materializada pelo enquadramento fornecido pelo documento conhecido como Guia Operacional das Cidades e Regiões Digitais. Entre estes dois marcos da história das iniciativas de cidades digitais em Portugal, foram surgindo um conjunto de projectos entretanto aprovados. Estes projectos encerram em si propostas de abordagens alternativas que acabaram por contribuir muito para a própria génese do Guia referido (de que são bons exemplos, mas não únicos, o Gaia Global e o Maia Digital). Estes e outros projectos da mesma fase possibilitaram o ensaio rico de diferentes abordagens que tiveram em consideração particularidades locais como conhecimento, tradição, competências e interesses e que demonstraram a riqueza e capacidade de inovação e de realização associadas com a vontade local (e nacional) – um exemplo a repetir em futuras oportunidades. A terceira geração, na qual nos encontramos, é pois associada com uma maior cobertura e homogeneidade de propostas. De todas as iniciativas em actividade, é dado conhecimento no local de presença <http://www.cidadesregioesdigitais.pt/>, o que por si próprio demonstra o grau de maturidade que este tipo de projectos possui actualmente e a sua importância pelo envolvimento e número de actividades que promovem.

No entanto, no seu actual registo de trazer as vantagens do digital para a oferta de serviços e informação para o âmbito do território e das suas populações, muito há ainda a fazer. Desta forma, é previsível a necessidade de um esforço de maior duração do que aquele que os actuais programas de financiamento proporcionam. Esta parece ser umas das questões pertinentes a discutir desde já, de modo a assegurar a continuidade das actuais iniciativas de cidades e regiões digitais em curso.

Nesta perspectiva, convém no entanto tomar linhas de orientação estratégica que possibilitem aproveitar da melhor forma recursos que todos sabemos serem escassos. Colocam-se assim vários desafios:

- **o social:** muitos dos grandes desafios que se colocam numa iniciativa de cidade e região digital estão relacionadas com o utilizador, como o envolver, como o fazer participar e como assegurar que este tira partido do que é oferecido e está motivado para se envolver e participar com o seu valor acrescentado, integrando nas suas actividades algumas das propostas de valor oferecidas. Este conceito dual de utilizador como consumidor mas também produtor é essencial para a tão falada sustentabilidade deste tipo de projectos;
- **o custo de manutenção** das infra-estruturas quer de sistema, quer de manutenção de dados e informação que só é possível manter, pela sua integração nos sistemas de informação de origem da produção da informação. Tal conceito, fácil de enunciar, exige modificações profundas em hábitos e processos de trabalho, exigindo uma maior maturidade dos sistemas de informação de diferentes organizações e uma maior predisposição para a partilha da informação.

- **o fomento de competências** para o digital, criando uma cultura de uso de tecnologias complementada pelo desenvolvimento de capacidades de descobrir e lidar com informação crítica, o que constitui um desafio de enorme dificuldade, mas essencial para uma sociedade evoluída e capaz de lidar com os desafios colocados pela informação e pelo conhecimento;
- **o modelo de relacionamento do poder local** com o munícipe, que se tem de centrar em novos paradigmas de partilha de informação, capacidade de resposta e visibilidade de processos que levam necessariamente a uma maior transparência, responsabilização e conseqüentemente a uma nova relação de partilha de poderes (estará o poder político preparado para tal?);
- **promover o ordenamento digital**: da mesma forma que existem para o território os planos de ordenamento, também para o digital, devem ser tomados em linha de conta alinhamentos que permitam a negociação de significados, a interoperação e troca de dados e a utilização de vocabulários comuns para a partilha e gestão da informação (estas questões são tanto mais importantes, quanto maior for a escala e sofisticação das actividades realizadas e do número de autores envolvidos);
- **promover a diversidade de conhecimento**, resistindo à tentação de confundir dados com informação e esta, com conhecimento e assim criar processos de formatação do conhecimento. Este deve ser livre, plural e alternativo, pois é por força da sua circulação e da criação de ambientes ricos em conhecimento que novas ideias, serviços, propostas e produtos podem ser desenvolvidos. Um registo associado a uma perspectiva aberta de partilha e gestão do conhecimento promove também os aspectos da cultura local e fortalece a identidade local.

Muito mais haveria a considerar tal como a organização em rede, a crescente digitalização e impacto da desmaterialização da actividade económica, bem como o aparente paradoxo da crescente importância do território e da logística na sociedade da informação e do conhecimento – fica para outras oportunidades.

De momento parece importante salientar do muito que apesar de tudo tem sido realizado no âmbito das cidades e regiões digitais, movimentando interesses e vontades um pouco por todo o país em prol da sociedade da informação e das iniciativas de mudança do poder local. Numa altura em que muito se fala das questões associadas à competitividade da nossa economia, ao funcionamento da administração pública e mesmo à relação com o poder político, tudo aponta para que se possa tomar as cidades e regiões digitais como oportunidades concretas para realmente mudar e inovar na competitividade do território, na forma de relacionamento do poder político com os munícipes e agilizar a administração pública local. Estou, como sempre estive, disponível para colaborar nesse sentido, como é o dever de todos, junto das nossas comunidades.